

A MARINHA DE D. FERNANDO

ANTÓNIO JOSÉ DUARTE COSTA CANAS

Capitão-tenente

INTRODUÇÃO

O ser humano sente necessidade de organizar o seu pensamento para melhor entender o mundo que o rodeia. Em História essa organização do pensamento passa pela divisão do passado da Humanidade em Épocas ou Idades, em que na mudança de uma para a que se segue, se dão grandes alterações a nível político, social, económico e mental. A divisão classicamente aceite pela historiografia ocidental considera os seguintes períodos: Pré-história, Antiguidade Pré-clássica, Antiguidade Clássica, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. Para a transição entre as diferentes épocas são escolhidos acontecimentos que se consideram representativos dessa ruptura. Por exemplo, para marcar a passagem da Idade Média para a Idade Moderna são vários os acontecimentos escolhidos, entre estes encontra-se a Expansão Portuguesa, que se considera ter sido iniciada com a tomada de Ceuta em 1415 ⁽¹⁾.

Estes critérios de periodização, embora sejam cómodos para “arrumar” ideias e organizar o pensamento, apresentam a dificuldade de definir qual o acontecimento mais significativo para marcar a transição. Por outro lado, associado a esta polémica, verifica-se que se um acontecimento define uma ruptura, por exemplo em termos políticos, essa ruptura não ocorre em termos económicos ou culturais, verificando-se nestes campos uma continuidade, ou então uma mudança lenta.

Apesar da fraca operacionalidade dos critérios de periodização eles continuam a ser utilizados. Outro aspecto, associado à periodização, que

(*) Artigo recebido para publicação em ABR02.

(1) Outros acontecimentos são apontados também para marcar esta transição: o aparecimento da imprensa, a queda do Império Romano do Oriente, o Renascimento ou o fim do feudalismo, são alguns deles.

importa realçar é a tendência, de certas correntes historiográficas, para efectuar comparações entre os diferentes períodos, apresentando determinado período como “negativo”, para valorizar aquele que o antecede ou que se segue, ou então “esquecendo” determinadas épocas com o mesmo intuito de valorizar outras consideradas mais nobres.

Os parágrafos anteriores servem para justificar a nossa opção pela escolha do tema deste trabalho. Sendo os descobrimentos portugueses um dos factos que mais marcaram a História mundial, nota-se uma tendência para a elaboração duma infinidade de trabalhos relativos a esse tema, e por outro lado um “esquecimento” de épocas anteriores. É nossa opinião que ao lado das rupturas mentais e culturais características dos descobrimentos existem outros aspectos que denotam uma certa continuidade vinda dessas épocas. Dito doutra forma, os descobrimentos foram possíveis devido a diversos factores, entre eles a existência duma “vocação” marítima que se foi formando ao longo da primeira dinastia.

O objectivo deste trabalho é apresentar uma das contribuições para a formação dessa “vocação” marítima, estudando a utilização táctica de navios na época de D. Fernando, tendo como base de trabalho a *Crónica de D. Fernando*, escrita por Fernão Lopes. A referida obra apesar de fornecer algumas indicações sobre este tema, a táctica, oferece-nos muitas outras informações sobre a marinha desse soberano.

A abordagem realizada não se limitou, assim ao aspecto acima referido, tentando analisar outras questões. De entre estas destacam-se as seguintes:

- Quais os tipos de navios existentes na época?
- Que problemas logísticos que se colocavam no mar, quando uma força naval era utilizada longe da sua “base principal”?
- Como eram as condições de vida a bordo e de que forma eram recrutados os homens que serviam nos navios?
- Finalmente serão analisados os principais confrontos que envolveram a utilização de navios, quer portugueses quer castelhanos, durante o reinado de D. Fernando.

Para que o trabalho fique completo interessa conhecer as condições políticas da época. Não conseguiremos perceber a utilização da marinha se não soubermos quais as motivações que o rei tinha, para fazer a guerra. Para entender estas motivações, precisamos saber o que se passava em Portugal, em primeiro lugar, mas também temos que conhecer os conflitos que se desenrolavam na Europa, em especial na Península Ibérica. Só

entenderemos porque motivo D. Fernando guerreou Castela se integrarmos os conflitos peninsulares no contexto mais amplo da guerra que então se desenrolava. O espaço dedicado neste trabalho à explicação destas condições será eventualmente longo, contudo ele é necessário para uma melhor compreensão do papel da marinha nestes confrontos.

O trabalho realizado não é exaustivo, pois foi realizado tendo como base principal uma única fonte. Obviamente, ficou limitado por este facto. No entanto, a obra utilizada é talvez aquela que mais informação nos oferece sobre o tema proposto.

D. FERNANDO

Antes de abordarmos a figura cuja acção militar constitui o tema central deste estudo faremos uma breve alusão ao texto que foi a base do nosso trabalho: a *Crónica de D. Fernando*. O seu autor terá nascido em Lisboa cerca de 1380 e falecido na mesma cidade cerca de 1460. Foi secretário de D. João I e de seus filhos D. Duarte e D. Fernando. Desempenhou as funções de cronista tendo recebido de D. Duarte o encargo de redigir a crónica geral do reino. Pode ser considerado o primeiro historiador português pela forma como expõe os factos que relata ⁽²⁾.

Aquilo que importa realçar desta figura é o facto de ser um funcionário régio, estando a sua escrita de acordo com o que era considerado correcto por parte daqueles que ele servia.

Fernão Lopes fornece-nos preciosos elementos para esta construção, é certo; mas como que a medo, fugazmente, desarticuladamente. Ele é, nunca o esqueçamos, um servidor da Casa de Avis, à qual deve tudo, e ser-lhe-ia muito penoso proceder de outra forma. ⁽³⁾.

A intenção última da sua obra é glorificar essa dinastia de Avis, especialmente o seu fundador, D. João I. Daí que seja natural que o cronista minimize a importância dos antecessores daquele rei, ou construa mesmo uma imagem negativa desses monarcas, para assim realçar o brilho e a magnificência dessa dinastia ⁽⁴⁾. Deste modo os seus

⁽²⁾ «Fernão Lopes». *Lexicoteca. Moderna Enciclopédia Universal*, vol. XII, [Lisboa], Círculo de Leitores, imp. 1986, p. 78.

⁽³⁾ Salvador Dias Arnaut, *Introdução à Crónica de D. Fernando*, p. XXI.

⁽⁴⁾ Sobre essa questão da glorificação da dinastia de Avis, veja-se o texto de Luís de Sousa Rebelo, *A Concepção de Poder em Fernão Lopes*, [s.l.], Livros Horizonte, 1983. Não esquecer que esta dinastia chega ao poder numa situação bastante conturbada, sendo necessá-

comentários à acção de D. Fernando denotam muitas vezes essa intenção de denegrir a imagem deste rei. No entanto, a sua obra é extremamente útil para a reconstrução histórica pela factologia fornecida e essencialmente porque os factos relatados podem, na sua maioria, ser confirmados como verdadeiros noutras fontes.

Após este breve intróito sobre a obra passaremos a apresentar os aspectos mais significativos da vida de D. Fernando. Nono rei de Portugal, nascido em Coimbra em 31 de Outubro de 1345, filho primogénito de D. Pedro. Teve como cognome *O Formoso*, tendo fama de mulherengo. Este facto era comum na Idade Média, mas no caso deste rei a sua atitude perante o sexo oposto é considerada uma das causas, quiçá a mais importante, da crise que se seguiu ⁽⁵⁾. Vejamos a descrição que Fernão Lopes faz de D. Fernando:

mancebo vallemte, ledo e namorado, amador de molheres, e achegador a ellas. Avia bem composto corpo e de razoada altura, fermoso em parecer e muito vistoso; tal que estando açerca de muitos homeens, posto que conhecido nom fosse, logo o julgariam por rei dos outros. ⁽⁶⁾

Recebe de seu pai um reino rico e próspero. O reinado de D. Pedro foi o único da primeira dinastia em que o país não conheceu a guerra. Portugal tinha ao longo de toda esta dinastia imposto uma posição de respeito e reconhecimento na cena política internacional. A primeira questão a resolver fora a da independência de Castela, seguindo-se a da expansão territorial, tendo terminado a reconquista com D. Afonso III, sendo a questão da fronteira no Sul de Portugal resolvida apenas pelo Tratado de Alcañices em 1297. Com um território com as fronteiras estabilizadas, D. Dinis consegue mais facilmente prosseguir a política

rio um processo de legitimação. Esse processo é iniciado por João das Regras que habilmente justifica o direito de ascensão de D. João I ao trono, mas não termina aí, existindo um longo processo, no qual se insere a obra de Fernão Lopes.

⁽⁵⁾ O que se sabe da vida de D. Fernando baseia-se, essencialmente no que Fernão Lopes nos relata. Conforme já se viu este cronista faz a apoteose da dinastia de Avis, procurando nos seus antecessores as causas da desgraça nacional, de que o Mestre nos veio libertar. Assim certas atitudes de D. Fernando foram pelo cronista realçadas como negativas, entre as quais se incluem as suas relações amorosas. Por outro lado não se deve esquecer o facto de que o Mestre de Avis chefia a revolta contra os seguidores da regente, pelo que a construção descritiva que será feita pelo cronista deverá sempre apontar Leonor Teles como uma figura odiosa.

⁽⁶⁾ Fernão Lopes, *Crónica do Senhor rei Dom Fernando. Nono rei destes reinos*. Intr. do Prof. Salvador Dias Arnaut, Porto, Livraria Civilização Editora, [s. d.], p. 3.

dos seus antecessores, de reforço do poder do rei, relativamente aos grandes senhores, organizando uma administração pública mais eficaz. Deste modo, o seu reinado é caracterizado por um grande desenvolvimento, que faz de Portugal uma potência europeia. A sua política foi prosseguida por D. Afonso IV e por D. Pedro I.

D. Fernando recebe assim um reino com condições para ser um parceiro importante na resolução dos conflitos que a Europa então atravessa.

Este rei Dom Fernando começou de reinar o mais rico rei que em Purtugal foi ataa o seu tempo: ca elle achou grandes tesouros que seu padre e avoos guardarom, em guisa que soomente na torre do aver do castello de Lixboa foram achadas oito çentas mil peças douro, e quatro çentos mil marcos de prata, afora moedas e outras cousas de grande valor que hi estavom, e mais todo ho outro aver em grande camtidade que em certos logares pollo reino era posto (7).

A riqueza do reino era tanta que Lisboa deveria ser na época um dos entrepostos comerciais mais importantes da Europa, em virtude da sua situação geográfica, a meio caminho entre o Mediterrâneo e o Norte do continente, tendo em conta, por outro lado, as excelentes condições do seu porto natural. Mas estas não são por si suficientes para fazer dum local um bom centro comercial, é necessário também que existam mercadorias. O movimento marítimo do porto de Lisboa pode muito bem ser um indicativo dessa actividade comercial.

E por tanto vijnham de desvairadas partes mujtos navios a ella, em guisa que com aquelles que vijnham de fora, e com os que no reino havia, jaziam mujtas vezes ante a çidade quatro çentos e quinhentos navios de carregaçom: e estavom aa carrega no rio de Sacavem e aa ponta do Montijo da parte de ribatejo sesemta e sateemta navios em cada logar, carregando de sal e de vinhos; e por a grande espessura de mujtos navios que assi jaziam ante a çidade, como dizemos, hiam ante as barcas Dalmada aportar a Samtos, que he huum grande espaço da çidade, nom podemdo marear perantrelles (8).

(7) Idem, *ibidem*, pp. 4-5.

(8) Idem, *ibidem*, pp. 5-6.

Politicamente tomou uma série de medidas que perduraram por bastante tempo. Algumas tinham como principal objectivo relançar a economia nacional desgastada pela guerra, ou acalmar as revoltas populares, provocadas por essa crise, que afectava toda a Europa. De entre estas são de realçar as de âmbito naval como a fundação da Companhia da Naus, para permitir a protecção mútua dos marítimos portugueses incentivando deste modo o comércio por mar ⁽⁹⁾. A criação desta Companhia das Naus surge dentro de um conjunto mais alargado de medidas de apoio e protecção ao comércio por mar. De entre estas são de destacar a isenção de taxas na primeira viagem, fornecimento gratuito de madeiras, redução de impostos nas viagens seguintes. Quanto à dita Companhia tinha como objectivo a protecção mútua dos proprietários de navios. Funcionava em moldes semelhantes aos actuais seguros. Em caso de perda de algum navio por mau tempo ou ataque, esse prejuízo seria dividido por todos os elementos da Companhia. Os navios do rei também pertenciam à Companhia o que lhe dava uma importância acrescida ⁽¹⁰⁾.

Em relação à política externa o facto mais significativo é sem dúvida a sua constante interferência na questão da sucessão da coroa castelhana. Vai guerrear três vezes com este reino consumindo grande parte das reservas acumuladas pelos seus antecessores. Esta política guerreira nota-se logo após o início do seu reinado ao tomar medidas para proteger com muralhas as várias cidades e vilas do reino, construindo novas ou recuperando as antigas. O cronista inicia a sua obra relatando logo algumas dessas medidas de carácter militar tomadas pelo rei.

No capítulo LXXXVIII Fernão Lopes fala da construção da muralha fernandina. Esta foi construída para proteger a população que habitava em Lisboa fora das muralhas então existentes, pois essa população já sofrera por duas vezes as consequências dos ataques dos Castelhanos à sua cidade. Refere ainda nesse capítulo a reparação e construção de muralhas noutros locais.

Será esta política externa de D. Fernando que analisaremos no capítulo seguinte, onde se descreverá a situação política europeia na época, em particular a situação ibérica, e a participação de Portugal nessa mesma política.

⁽⁹⁾ José Mattoso, *História de Portugal. A Monarquia Feudal (1096-1480, Vol II, [s.l.], Círculo de Leitores, imp. 1993, p. 492.*

⁽¹⁰⁾ Fernão Lopes, *op. cit.*, pp. 243 ss.

SITUAÇÃO POLÍTICA EUROPEIA

A Guerra dos Cem Anos marcará fortemente todo o seu reinado. Iniciada em 1338 e prolongando-se até 1453 terá como principais intervenientes a França e a Inglaterra, mas envolverá praticamente toda a Europa, através duma complexa teia de alianças. Embora a causa “oficial” dessa guerra seja uma sucessão dinástica, muitas outras razões estão por detrás deste conflito:

- Em termos climatéricos assiste-se a uma acentuada melhoria que associada a um progresso das técnicas agrícolas vai permitir uma elevação do nível de vida das populações, com a consequente explosão demográfica, provocada pela diminuição da mortalidade. Em seguida surge um surto de Peste Negra que vai dizimar uma grande parte da população, trazendo consigo fome e instabilidade que vai provocar uma grande crise.
- Assiste-se também a um incremento do comércio com uma grande expansão das cidades, que vai provocar um êxodo maciço dos habitantes das regiões rurais para as urbanas. Associado a este processo dá-se a ascensão dum novo grupo social, a burguesia. Neste grupo vamos encontrar elementos que devido ao seu elevado poder monetário vão começar a reclamar para si privilégios que até então eram exclusivos da nobreza, ou então vão tentar ascender a este grupo, “comprando” o seu título.
- O Grande Cisma do Ocidente vai dividir a Europa, a partir de 1378 em dois grandes blocos, os seguidores do papa de Roma e aqueles que seguem o de Avinhão. Estes dois conjuntos religiosos confundem-se com os dois lados que se combatem na Guerra dos Cem Anos. A posição portuguesa face a esta situação vai ser de alternância entre a fidelidade a um e ao outro papa, conforme nos relata o próprio Fernão Lopes:

SEGUMDO ouvistes em seu logar, elrei Dom Fernamdo tijinha declarado por aquel que se chamava Clemente septimo, cuja parte favorizava elrei de Framça, e elrei de Castella, e algunns outros senhores: e quamdo os Imgreses veherom, por quamto tijnhem com o Papa de Roma Urbano sexto, nom ouvjam missa de nenhuum frade nem clérigo Portuguesez. Estomçe disse o comde a elrei, que el vijnha pera o servir e ajudar em sua guerra contra elrei de Castella, que era

çismatico, teemdo com huum Papa que estava em Avinhom; e que se el quiria que o Deos ajudasse em sua guerra, que desse a obediemça ao padre samto de Roma, e que desta guisa lho emviava el rei seu senhor e padre dizer, e todo o comsselho de Imgraterra; por quamto eram çertos, que aquel era verdadei-ro Papa, e o outro nom: e el disse que lhe prazia, e outorgou de o fazer assim. [...] elrei Dom Fernamdo [...] declarou Urbano sexto seer verdadeiro Papa, e outro nom; e isto presente os Imgreses, e mujto outro poboo ⁽¹¹⁾.

Esta oscilação religiosa encontra-se associada à oscilação militar que se nota em D. Fernando, ligando-se quer a uma quer à outra facção combatente, opções estas tomadas em função da evolução política em Castela, de que resultarão três guerras contra este reino.

Um outro factor de enorme importância em toda a Europa era o problema da expansão territorial. O sistema senhorial vigente em todo o continente, associado à forma de transmissão dos bens patrimoniais tinha conduzido a uma ocupação plena de todos os territórios disponíveis. As Cruzadas e a Reconquista das terras ocupadas pelos Muçulmanos na Europa, tinham servido para resolver parcialmente este problema, mas mesmo estas soluções se tinham esgotado. No entanto, nos finais da Idade Média o problema agudizava-se um pouco por todo o lado:

Já seu irmão D. Fernando se empenhara na guerra com Castela, a fim de permitir aos cavaleiros portugueses que aí conquistassem terras para os compensar da crise, que no terceiro quartel do século XIV batia o auge ⁽¹²⁾.

Os Portugueses vão encontrar a solução para este problema, expandindo-se para terras “disponíveis” do continente africano.

AS GUERRAS COM CASTELA

Em Castela assiste-se com Pedro I, o *Cruel*, a um alinhamento na Guerra dos Cem Anos, a favor do lado francês. Mas a partir de 1365 o mesmo rei torna-se aliado dos Ingleses e dos Navarros. No entanto, o seu meio-irmão Henrique de Trastâmara apoiado por parte da nobreza e por

⁽¹¹⁾ Fernão Lopes, *op. cit.*, p. 363.

⁽¹²⁾ Vitorino Nemésio, *Vida e Obra do Infante D. Henrique*, [Lisboa], Imprensa Nacional Casa da Moeda, [1991], p. 21.

mercenários franceses vai lutar contra Pedro. O conflito resolve-se com o assassinato de Pedro, realizado por Henrique ⁽¹³⁾. Os capítulos I a XXIII da *Crónica de D. Fernando* relatam-nos o desenrolar dessa guerra até à morte de D. Pedro de Castela, descrevendo Fernão Lopes o assassinato de D. Pedro às mãos de seu meio-irmão.

Com a morte de D. Pedro o trono passou para as mãos do seu assassino, Henrique. No entanto, nem toda a Castela estava do lado do novo rei. Um dos possíveis pretendentes ao trono era D. Fernando, pois era neto legítimo de Sancho IV de Castela. Além disso alguns daqueles que se opunham ao novo rei castelhano solicitaram o apoio de D. Fernando afirmando que tomariam o seu partido caso ele entrasse em Castela para derrubar o usurpador.

Podemos verificar que D. Fernando tinha razões para intervir na questão do trono castelhano. Esperava apoio por parte de alguns Castelhanos. Para reforçar a sua participação firmou alianças com o reino de Aragão e também com o reino muçulmano de Granada.

No capítulo XXIX, Fernão Lopes refere a aliança estabelecida com Aragão. Esta aliança foi firmada com uma promessa de casamento com a Infanta D. Leonor, filha do rei de Aragão, Foi a primeira promessa de casamento que D. Fernando não cumpriu.

Esta primeira guerra com Castela não foi muito favorável a Portugal. Essencialmente os Portugueses entraram na Galiza até La Corunha, tendo de lá regressado apressadamente ao tomarem conhecimento que o rei de Castela invadia Portugal entrando por Trás-os-Montes, tendo cercado Braga. O cronista relata-nos também uma série de confrontos fronteiriços. Além disso foi enviada também uma expedição naval a Barrameda, junto a Cádiz, expedição esta que vai efectuar o bloqueio naval a Sevilha. A paz foi assinada em Março de 1371 em Alcoutim sob o patrocínio do Papa. Segundo José Mattoso não existem motivos visíveis para que D. Fernando abandonasse as suas pretensões ao trono de Castela. Esta enfrentava várias frentes de batalha: Navarra, Aragão, Galiza e Portugal. No entanto, deverá ter tido alguma influência na decisão do monarca português o caminho que a Guerra dos Cem Anos estava a tomar, com o lado francês, que apoiava Castela, a tornar-se o mais forte ⁽¹⁴⁾.

⁽¹³⁾ *História Universal. Antiguidade Clássica. Idade Média*, vol II, [s.l.] Círculo de Leitores, [1989], p. 261.

⁽¹⁴⁾ José Mattoso, *op. cit.*, pp. 491-492.

O tratado de paz foi assinado em Alcoutim, conforme já atrás se viu, pelos representantes de ambos os reis na presença de um representante do Papa. As condições deste Tratado eram basicamente as seguintes: D. Fernando deveria tornar-se aliado do rei de França, D. Carlos, do mesmo modo que D. Henrique o era. Deveria também devolver a Castela todos os lugares que por ele tinham tomado partido, excepto aqueles que iria receber como dote de sua futura esposa. Quanto a D. Henrique deveria de igual modo devolver a Portugal os lugares que tomara na guerra. Além disso dava a mão de sua filha, a Infanta D. Leonor, em casamento a D. Fernando, dando como dote as povoações de Ciudad Rodrigo, Valência d'Alcântara, Monte rei e Alhariz, que passariam a depender da coroa portuguesa para sempre.

D. Fernando não cumpriu aquilo que assinara no Tratado de Alcoutim. Não casou com a Infanta Leonor de Castela, uma vez que nesse mesmo ano casou com Leonor Teles. O rei de Castela aceitou o facto e o Tratado de Alcoutim foi revisto. D. Fernando perdeu o direito às terras que deveria receber como dote da Infanta.

Apesar de D. Fernando ter conseguido resolver a questão de não casar com a Infanta Leonor, o seu casamento com Leonor Teles não foi bem visto pelos seus conselheiros nem pelo povo, conforme nos relata o cronista.

A partir deste casamento, Leonor Teles passa a ser a causadora de todas as desgraças que Portugal vai sofrer. Assim ela é a causadora da segunda guerra com Castela.

por que lhe parecia que elrei era de todo ponto em poder della, e que o trazia emfeitiçado, pois que nom fazia mais que qumanto ella quiria ⁽¹⁵⁾.

As palavras anteriores são atribuídas por Fernão Lopes a um nobre que o rei de Castela enviara junto a D. Fernando para esclarecer porque motivo este havia reiniciado a guerra, levando-nos a deduzir que esse nobre percebeu que o rei tinha perdido a vontade própria, sendo influenciado por Leonor Teles e sua família.

Na segunda guerra contra Castela, D. Fernando vai fazer uma aliança com o duque de Lencastre, pretendente ao trono de Castela, em virtude de ser casado com D. Constança, filha do rei D. Pedro de Castela. A intenção deles era combaterem Castela e Aragão em duas

⁽¹⁵⁾ Fernão Lopes, *op. cit.*, p. 176.

frentes, os Ingleses a partir de Navarra e os Portugueses atacando a partir do seu próprio reino.

D. Henrique de Castela tenta negociar a paz com D. Fernando mas este já havia firmado a aliança com o duque de Lencastre e não aceita o pedido do rei de Castela. A segunda guerra com Castela, embora iniciada por Portugal, com o apoio a alguns exilados galegos que vão tomar cidades da sua província e o aprisionamento de navios mercantes castelhanos, no Tejo e ao largo, vai ter uma participação basicamente defensiva da parte de D. Fernando. Aliás, será uma defesa muito mal organizada. O rei castelhano vai entrar em Portugal, não encontrando resistência, vai avançar até Lisboa, que cerca por terra e pelo rio sem grande oposição. D. Fernando é obrigado a assinar um tratado de paz para interromper a pilhagem que o exército castelhano estava a realizar na capital. Este tratado será assinado em Santarém a 24 de Março de 1373 ⁽¹⁶⁾.

Este novo tratado de paz com Castela será também realizado sob o patrocínio do Papa. Das condições acordadas destacam-se a obrigatoriedade de Portugal romper a aliança que fizera com Inglaterra, voltando a apoiar o bloco franco-castelhano. Portugal ficava com a obrigação de fornecer apoio naval a este bloco.

E que elrei D. Fernamdo, e todos seus herdeiros, fossem sempre em huuma liamça com os reis de Framça e de Castella, contra elrei de Ingraterra, e contra o duque Dalamcastro, e suas gentes. E que elrei Dom Fernamdo fosse theudo de o ajudar per tres anos com duas gallees armadas, porem aa custa delrei de Castella; e esto quantas vezes elle armasse seis gallees, ou mais, contra os Imgreses; e passados os ditos tres anos, que se aviam de começar no mes de mayo seguimte, que dhi em deamte elrei Dom Fernamdo nom fosse mais theudo de lhas fazer prestes. ⁽¹⁷⁾

Este período de paz com Castela, que se segue, vai ser, no entanto, uma época de graves convulsões internas. Estas são motivadas pela crise que o país atravessa, motivada em parte pela guerra e pela conjuntura internacional, mas também devida ao êxodo das populações para as cidades. Para fazer face a esta situação o rei vai promulgar um conjunto

⁽¹⁶⁾ José Mattoso, *op. cit.*, p. 492.

⁽¹⁷⁾ Fernão Lopes, *op. cit.*, p. 216.

de medidas legislativas, como a Lei das Sesmarias, e a fundação da Companhia das Naus. Será também neste período que reforçará as fortificações existentes e construirá novas, pois percebera, nas guerras anteriores, que não era difícil tomar as mais importantes praças-fortes portuguesas.

O rei D. Fernando não vai, durante este período, deixar de interferir na guerra que continua na Península Ibérica e no resto da Europa. Vai estabelecer nova aliança, desta vez com Castela, contra o reino de Aragão. A obrigação de Portugal consistia em fornecer apoio naval a Castela.

Portugal vai posteriormente ser solicitado por Castela para fornecer apoio naval ao rei de França, contra Inglaterra. Além disso, o rei de Castela decidira fazer as pazes com Aragão, pelo que a ajuda que pedira a Portugal poderia ser desviada para esta nova frente.

Em 1378 morreu o rei D. Henrique de Castela. Sucedeu-lhe seu filho D. João I. No início do seu reinado vai ter em D. Fernando um aliado, como este anteriormente o era de seu pai. Esta aliança foi mesmo firmada com a promessa de casamento da Infanta D. Beatriz, filha de D. Fernando, com o Infante D. Henrique, filho de D. João de Castela.

O desejo de guerrear contra Castela continuava a acompanhar o rei de Portugal. Assim, talvez por pensar que o sucessor de D. Henrique seria mais fraco que seu pai, planeia novo ataque àquele reino. Pede a opinião de seus conselheiros, este tentam mudar a opinião do soberano, mas ele mantém a ideia fixa e decide mais uma vez fazer uso das armas. O pretexto invocado era a vingança dos males causados pelo Trastâmara no reino de Portugal, aquando das anteriores invasões.

D. Fernando ao decidir guerrear com Castela percebe que não o pode fazer sozinho. Daí que tenha mais uma vez recorrido ao seu aliado de outros tempos e feroz inimigo do bloco franco-çastelhano, a Inglaterra. Vai encetar negociações com o duque de Lencastre e o conde de Cambridge, tendo como intermediário o conde de Andeiro, um dos nobres galegos que tomara voz por D. Fernando, contra D. Henrique. Este fidalgo fora expulso de Portugal em consequência do segundo tratado de paz entre D. Fernando e D. Henrique, vivendo então em Inglaterra.

D. João de Castela tomou conhecimento das intenções de D. Fernando e não esperou que este atacasse, tomando logo a iniciativa de atacar em primeiro lugar. Começa por saquear algumas povoações do Alentejo. A reacção de D. Fernando foi reforçar as defesas fronteiriças

nessa região, para em seguida atacar Castela a partir daí. Nesta altura Nuno Álvares Pereira, que fora nomeado fronteiro de Entre Tejo e Guadiana, desobedecendo à ordem de D. Fernando de atacar os Castelhanos no seu território prefere esperar por eles para os combater em Portugal.

A guerra prosseguiu na fronteira do Alentejo, suportada apenas pelos Portugueses até à chegada dos Ingleses. No mar também se combateu, junto a Saltes logo a seguir à fronteira do Algarve. Os Ingleses vão entretanto chegar a Lisboa em Julho de 1381. A notícia desta chegada levou o rei de Castela a ordenar a retirada das suas tropas que então se encontravam em Portugal.

Os Ingleses que D. Fernando havia solicitado para combater a seu lado revelaram-se, no entanto, uns péssimos aliados pilhando e destruindo por todo o reino. Devido a estas atrocidades muitos deles foram mortos por populares, fartos da violência provocada pelos “aliados” do rei.

ESTAS gemtes dos Imgreses que dissemos, como forom apousemtados em Lixboa, nom como homeens que vijnham pera ajudar a defemder a terra, mas come se fossem chamados pera a destruir, e buscar todo mal e desomrra aos moradores della, começaram de se estemder pella çidade e termo, matamdo e roubamdo, e forçamdo molheres, mostramdo tal senhorio e desprezamento comtra todos, come se fossem seus mortaaes emmijgos ⁽¹⁸⁾.

Castela enviou de seguida uma frota desde Sevilha até Lisboa com intenção de atacar os navios ingleses. Estes sabedores desta movimentação haviam já organizado a sua defesa em Sacavém, pelo que os Castelhanos saíram sem causar danos. Regressaram em Março do ano seguinte e fundearam em frente a Lisboa. O fronteiro de Lisboa, seguindo à risca as ordens do rei, de apenas defender a cidade, não permitiu a saída de homens de armas, para se oporem aos desembarques que os Castelhanos realizavam. Estes sentindo-se impunes vão realizar acções de pilhagem e destruição Tejo acima, numa e noutra margem.

E logo a poucos dias, veendo os da frota como os da çidade nom sahiam a elles, armaram todollos batees outra vez de

⁽¹⁸⁾ Idem, *ibidem*, p. 367.

gente darmas e beestaria, e sahirom todos em terra amtre Samtos e a çidade, que he doutra parte comtra a emtrada do rio, quamto pode seer dous tiros de beesta; e Gomçallo Meemdez embargava toda via os da çidade, dizemdo que nom sahissem fora, que elrei nom lhe mandara, salvo guardar a çidade, e que elles assi o fizessem. Os Bizcainhos quando virom que nenhuum nom sahia a elles, tornaromsse a seus batees, e des i aa frota; e dalli em deamte tomarom fouteza de sahirem fora, assi da parte da çidade, come da parte de Ribatejo, homde queimarom mujtas quimtaãs, e fezerom mujto dampno» (19).

Esta situação levou ao afastamento do fronteiro de Lisboa, Gonçalo Mendes de Vasconcelos, sendo substituído pelo prior do Hospital, Pedro Álvares, irmão de Nuno Álvares Pereira. Este último também veio para Lisboa, tendo participado activamente no combate aos Castelhanos embarcados, que constantemente realizavam pilhagens na cidade e arredores.

D. Fernando tenta em seguida atacar Castela pela fronteira do Alentejo, contando para tal com o apoio dos Ingleses. Deslocou-se para Elvas, enquanto D. João de Castela estabeleceu arraiais em Badajoz. Este último evitou o confronto, não atacando as tropas anglo-lusas, seguindo-se a assinatura do tratado de paz.

Este tratado foi assinado após alguma relutância mostrada pelo rei castelhano de cumprir todas as cláusulas. Ele não se mostrava disposto a devolver a frota portuguesa apresada na batalha de Saltes, nem a ceder algumas das suas naus para permitir o regresso dos ingleses à sua terra. Mas o mestre de Santiago de Castela conseguiu convencê-lo, acabando ele por assinar o tratado. Outra cláusula implicava o casamento da Infanta D. Beatriz com o Infante D. Fernando, filho segundo do rei de Castela. O rei de Castela deveria ainda devolver a Portugal os lugares que havia tomado na guerra anterior.

A morte da rainha D. Leonor de Castela, veio alterar este tratado, pois D. Fernando mais uma vez mudou a sua atitude em relação ao casamento da filha. Desta vez vai prometé-la em casamento ao próprio rei de Castela. As consequências deste acto não foram as melhores para Portugal, uma vez que D. Fernando morrerá pouco depois, não deixando

(19) Idem, *ibidem*, pp. 375-376.

filho varão que lhe suceda. Esta situação estava prevista no Tratado de Salvaterra, mas a crise que se vai seguir à morte do soberano, vai levar a que a regência da rainha, D. Leonor Teles, seja posta em causa. Esta situação vai conduzir à interferência de D. João de Castela na questão da sucessão da coroa portuguesa. Mas isso é outra história, que já sai fora do âmbito deste trabalho.

Vimos neste capítulo como D. Fernando procedeu em relação a Castela, durante o seu reinado, até à sua morte em 1383. De seguida será estudada a utilização da sua marinha.

A MARINHA DE D. FERNANDO

OS NAVIOS

Uma das maiores dificuldades da historiografia dos descobrimentos tem sido a caracterização dos diferentes tipos de navios, uma vez que sob uma mesma designação ocorrem por vezes navios de características variadas e por outro lado, usam-se designações diferentes para navios semelhantes. Na *Crónica de D. Fernando* encontramos referência a diversos tipos de navios e embarcações: barcas, bateis, galés, naus e pinças. Vamos de seguida analisar resumidamente quais seriam as funções destes diferentes tipos de navios, destacando as utilizações referidas para os mesmos mencionadas no texto de Fernão Lopes.

PINÇA

Aparece pelo menos uma referência a este tipo de navio:

**e ouveram conhecimento das naos que eram de Portugal,
per algumas pinças que hiam deante ⁽²⁰⁾.**

Seriam navios mistos de vela e remos, de porte inferior ao da caravela, existindo referências a comprimentos entre os 7 e os 20 metros ⁽²¹⁾.

A sua principal missão seria a pesca, sendo também usados em missões de transporte fluvial ou marítimo em curtas distâncias. Teria chegado a Portugal oriunda do Norte da Europa, existindo referências a

⁽²⁰⁾ Fernão Lopes, *op. cit.*, p. 228.

⁽²¹⁾ Fernando Gomes Pedrosa (coord.), *História da marinha Portuguesa. Navios Marinheiros e Arte de Navegar. 1139-1499*, Lisboa, Academia de Marinha, 1997, pp. 164-165.

embarcações com nomes e características semelhantes na Galiza, nos portos biscainhos e mesmo em Inglaterra. As pinaças portuguesas teriam entretanto sofrido alguma influência mediterrânica em termos estruturais ⁽²²⁾. Embora na *Crónica de D. Fernando*, elas não sejam mencionadas como unidades “combatentes” desempenhariam pelo menos a importante tarefa de recolha de informações.

BATEIS

Aparecem diversas referências a estas embarcações. Seriam usadas para o transporte entre os navios fundeados e terra. Eram portanto muito utilizadas nos rios. Foi a bordo de embarcações deste tipo que se encontraram os reis de Portugal e de Castela para confirmarem o primeiro tratado de paz, em frente a Santarém.

FIRMADAS as pazes, como avees ouvijdo, foi hordenado que os reis se vissem no rio Tejo [em] batees, por fallarem alguumas cousas, e firmarem outra vez suas aveemças, segund o ja per elles eram outorgadas ⁽²³⁾.

Praticamente todas as referências a batéis indicam que se tratava de embarcações pequenas, muitas vezes transportadas a bordo de uma maior. Teriam leme de cadaste, sendo embarcações de propulsão mista, a remos e à vela, dispondo para tal de um mastro ⁽²⁴⁾.

Dadas as suas características não teriam grande utilização militar, excepto o facto de serem usadas para desembarcar soldados transportados a bordo de navios maiores, para acções em terra.

BARCAS

As barcas exemplificam bem aquilo que afirmámos no início da descrição dos navios, a enorme dificuldade em tipificar um determinado tipo de navio. Seriam navios utilizados no comércio marítimo, sendo movidos pela força do vento. Segundo Saturnino Monteiro ⁽²⁵⁾ eram navios, bastante mais pequenos que as naus, de apenas um mastro onde envergavam uma vela redonda, pelo que não navegavam à bolina. Por

⁽²²⁾ Idem, *ibidem*, pp. 165-166.

⁽²³⁾ Fernão Lopes, *op. cit.*, p. 219.

⁽²⁴⁾ Fernando Gomes Pedrosa (coord.) *op. cit.*, p. 166.

⁽²⁵⁾ Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da marinha Portuguesa. 1139-1521*. Vol I, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1989, p. 11.

outro lado Gomes Pedrosa ⁽²⁶⁾ apresenta diversas referências a navios bastante diferentes uns dos outros, todos eles com a designação de barca. Segundo este autor, a principal distinção entre barca e nau residia no facto de a primeira ser propulsionada a remos e velas enquanto a nau era movida exclusivamente pela energia eólica. Apresenta referência a barcas bastante grandes assim como a outras que seriam de dimensões bastante modestas.

As barcas mencionadas por Fernão Lopes não deveriam ser navios de grande porte pois eram utilizados para transporte para os navios maiores que se encontravam fundeados. Teriam concerteza capacidade para atracar ou pelo menos varar nas praias.

CHEGOU a Lixboa a gallee que fogio, e nom se foi logo dereito aa çidade, mas pousou mujto preto Dalmadaa, lamçando a amcora sem sair fora; [...] Emtom se meterom em barcas e batees, e foram saber que novas tragia ⁽²⁷⁾.

No mesmo texto o termo barca aparece relacionado com a construção de pontes. Será que eram utilizados nestas pontes estes navios? Ou será que a designação, ponte de barcas, apenas pretende indicar que esta ponte era feita utilizando navios, a servirem como pilares?

E mandou logo suas cartas aa çidade do Porto, que mujto apressa fosse feita huuma ponte de barcas no rio do Doiro, per que el e toda sua hoste podessem passar em huum dia, [...] Os da çidade muja ledos com este recado, foram todos postos em gramde trigamça pera poer esto em obra, huuns aachegar barcas, delles a carretar madeira, outros a lamçar amcoras e amarrar cabres; de guisa que mujto aginha foi feita huuma gramde e espaçosa pomte, lastrada de terra e darea, tal per que folgadamente podiam hir a traves seis homeens a cavallo: ⁽²⁸⁾.

NAUS

Novamente se nota uma grande dificuldade em caracterizar este tipo de navio, em virtude do vocábulo ser aplicado com diferentes sentidos.

⁽²⁶⁾ Fernando Gomes Pedrosa (coord.) *op. cit.*, pp.110-121.

⁽²⁷⁾ Fernão Lopes, *op. cit.*, p. 353.

⁽²⁸⁾ Idem, *ibidem*, p. 95

Na maioria dos casos aplicar-se-ia esta designação a navios à vela de grandes dimensões, tendo normalmente três mastros, arvorando pano redondo em dois deles, razão pela qual tinham dificuldades em navegar à bolina, o que lhes limitava muito a capacidade de manobra. Deveriam ser essencialmente navios mercantes mas que seriam armados quando necessário para o combate. Na *Crónica de D. Fernando* aparecem muitas referências a naus como fazendo parte da Armada do rei português. Assim, a primeira frota, que ele enviou para bloquear Sevilha, era composta por um número de naus praticamente igual ao de galés.

ELrei Dom Fernamdo no começo desta guerra mandou armar gram frota de galles e naaos, a saber, vijmte e oito gallees suas, e quatro a soldadas de Miçe reinel de Guirimaldo, e trinta naaos de seu reino, e das que se veherom pereelle da costa do mar ⁽²⁹⁾.

As naus seriam essencialmente navios de apoio que transportariam carga logística, em virtude dos navios “combatentes”, as galés, terem grandes limitações nesse aspecto.

GALÉS

Os navios de guerra por excelência da Idade Média. Eram movidas tanto a remos como à vela. Dada a sua forma fina conseguiam atingir velocidades elevadas, com qualquer uma das formas de propulsão. Mas esta forma limitava-lhes a capacidade de suportarem mar alteroso. O seu pano era latino, pelo menos nesta época, mas mesmo assim não conseguiam navegar à bolina, em virtude de possuírem um calado reduzido. A sua grande vantagem residia no facto de a remos poderem navegar em qualquer direcção, independentemente da direcção donde soprava o vento. Como principal inconveniente podemos apontar o facto de devido a terem muitos homens embarcados não conseguiam levar a bordo mantimentos e aguada para muitos dias. Daí que para missões mais afastadas dos seus portos de apoio fossem sempre acompanhadas de navios à vela, que conseguiam transportar muito mais carga, por necessitarem de menos gente ⁽³⁰⁾.

⁽²⁹⁾ Idem *ibidem*, p. 109.

⁽³⁰⁾ Saturnino Monteiro, *op. cit.*, pp. 11-13.

A MARINHA NAS GUERRAS COM CASTELA

Naquela época a guerra no mar não era muito diferente da terrestre. Os navios eram essencialmente meios para transportar soldados, que seriam utilizados para tomar outros navios, através de abordagens, ou para serem desembarcados e realizarem operações de pilhagem em terra. Contudo, em virtude das cidades dependerem bastante do comércio marítimo para a sua subsistência, o controlo desse comércio por parte de uma marinha podia muito bem influenciar o desenrolar das operações em terra. Por outro lado, o apoio naval era muito importante, em muitos casos, para o transporte de reforços, que por vezes faziam pender o fiel da balança para o lado dos sitiados. Basta lembrarmos a importância do apoio naval na conquista de Lisboa.

A utilização de navios por parte de Portugal e de Castela, durante as guerras travadas no reinado de D. Fernando, não se vai afastar das formas acima indicadas. Podemos neste período considerar como mais importantes os seguintes confrontos que envolveram a participação de forças navais:

- Na primeira guerra (1369-71) — o bloqueio naval de Sevilha, pela armada de D. Fernando;
- segunda guerra (1372-73) — o apoio marítimo ao cerco de Lisboa realizado por D. Henrique de Castela;
- terceira guerra (1381-83) — a batalha naval de Saltes e o ataque naval a Lisboa, efectuado por duas vezes nesta guerra.

Além destes confrontos a marinha portuguesa participou noutras campanhas, ao lado da de Castela, em cumprimento das cláusulas dos tratados de paz assinados, no final das referidas guerras.

Seguidamente será analisado pormenorizadamente o desenrolar dos conflitos acima referidos, análise essa que respeitará a ordem cronológica dos acontecimentos.

BLOQUEIO DE SEVILHA

Iniciado no Verão de 1369, durou um ano e onze meses, de acordo com Fernão Lopes. D. Fernando que nessa altura dispunha duma marinha forte, quis utilizar essa marinha para controlar o comércio marítimo que abastecia a cidade de Sevilha. Armou sessenta e dois navios, naus e galés, que enviou de seguida para a foz do Guadalquivir, onde controlavam toda a navegação que se dirigia para aquela cidade. A

intenção do rei de Portugal era desgastar a cidade para deste modo conseguir ficar numa posição vantajosa em relação a Castela. Além disso, os navios portugueses seriam também utilizados em acções de pilhagem, o que seria prática comum naquele tempo.

E a emteemçom delrei era que esta frota jouvesse aa emtrada do rio de Sevilha, pera embargar que nenhuum navio podesse hir nem vijr com mercadarias, nem outros mantijmentos pera a dita çidade; e empachado lomgamente aquel porto per esta guisa, que Castella reçeberia tam gram perda e dapno por esta razom, que seeria a el muj gramde avantagem pera comprir sua voomtade. Aallem desto, parte das gallees e navios correriam amdando a costa, e gaanhando de seus emmigios o que aver podessem ⁽³¹⁾.

A frota ao chegar à foz do Guadalquivir montou o bloqueio e iniciou as operações de pilhagem, tanto em terra como no mar. Foi saqueada a povoação de Cádiz, enquanto no mar capturaram uma nau carregada de azeite e uma galé. O embargo produziu inicialmente os efeitos desejados, começando Sevilha a ressentir-se da falta de abastecimento.

Durante o Verão a situação foi favorável para os Portugueses. Com o prolongar do bloqueio e a vinda do tempo frio, os problemas começaram a surgir. Os homens adoeciam, devido às duras condições de embarque, fome e frio. Os reabastecimentos eram escassos e os alimentos não chegavam à frota nas melhores condições.

Passado o veraão, e vijmdo o inverno, começou a gente de adoeçer, e os mantijmentos de mingoar, e morriam alguns e soterravomnos em terra, e dalli os dessoterravom os lobos e comianos; e posto que lhe elrei mandasse navios com bizcoito, que se fazia no Algarve e em Lixboa, e outros mantijmentos e cousas que lhe mester faziam, nom era a avomdança tanta que lhe satisfazer podesse; em guisa que per frio e fame, e comer desacostumadas viamdas, veherom muitos a morte e fraqueza e comtinuadas doores ⁽³²⁾.

Os problemas atrás apontados tiveram como consequência a necessidade da constante substituição do pessoal embarcado. Por outro lado,

⁽³¹⁾ Fernão Lopes, *op. cit.*, p. 109.

⁽³²⁾ Idem, *ibidem*, p. 110.

parece que D. Fernando empregou no bloqueio praticamente todos os meios navais de que dispunha, pois quando necessitava de navios para outras tarefas recorria aos que estavam no Guadalquivir, voltando eles para lá após cumprimento da missão.

O período de tempo que os navios portugueses permaneceram junto a Sevilha foi muito longo. As doenças que atacaram mais os marinheiros devem ter sido o escorbuto, devido à má alimentação, e a gangrena, provocada pelo frio.

ho muj longo tempo que conthinuadamente alli jouverom, que foi huum anno e omze meses, passamdo mujta fame e frio e outras doores, fez que se perdeo mujta gente della; ca lhe cahiam os dentes, e os dedos dos pees e das maãos, e outras tribullaçooens que passavom, que seria longo de dizer ⁽³³⁾

As doenças e o frio não foram os únicos problemas que se colocaram à frota enviada por D. Fernando. Os Castelhanos preocupados com o desgaste que o bloqueio estava a provocar reagiram contra ele, dando-se o confronto entre as duas armadas.

QUAMDO elrei Dom Hemrrique chegou a Sevilha, vio como a çidade estava muj gasta e apertada, por aazo da frota de Portugal que lhe tijnha empachada a emtrada do rio; e dizem alguuns que nom estavom entom hi mais de toda a frota, que dez e seis gallees, e vijmte e quatro naaos, mas nom asijnam quaaes, nem quaaes nom, nem quem erão os patroões dellas. Elrei fez logo lamçar vijmte galees na augua, mas nom podiam aver remos que as forneçesse, por quamto elrei Dom Pedro fezera levar mujtos remos de Sevilha pera Carmona, quamdo a fazia bastecer; assi que se nom podiam armar de todo: e porem repartirom çem remos a cada galee, e mingoavamlhe oiteemta, emtendemdo que estes çento abastavom soamente pera chegar aa frota de Portugal, e pelleiar com ella: mas taaes avia hi dos mareantes que eram mujto contrarios a esto, dizemdo que as gallees per esta guisa hiam em mujto gram perijgo, por que quamdo vehesse a jusante da maree, lamçallas hia em poder da frota de Portugal, que tijnha naaos armadas em sua ajuda, e podiamsse desordenar e seer desbaratadas ⁽³⁴⁾.

⁽³³⁾ Idem, *ibidem*, p. 111.

⁽³⁴⁾ Idem, *ibidem*, p. 115.

Pela descrição de Fernão Lopes podemos perceber que apesar de D. Henrique pretender combater o bloqueio a sua capacidade naval era fraca. Ele possuía poucos meios em Sevilha, pelo que qualquer batalha travada no mar seria concerteza vantajosa para os Portugueses. Ele vai então optar por enviar por rio todas as suas galés, apesar de não irem completamente equipadas de remadores, portanto com capacidade de manobra reduzida, fornecendo por outro lado um importante apoio por terra, que a juntar aos homens de armas que iam embarcados, poderia ser suficiente para fazer o fiel da balança pender para o seu lado. Os Portugueses encontravam-se exaustos, devido à grande duração do bloqueio. Optaram então por sair para o largo, onde o combate a travar seria apenas naval, não tendo os Castelhanos o apoio de forças terrestres, que tinham ainda a vantagem de se encontrarem frescas e bastante moralizadas.

Elrei nom embargamdo esto, fez emtrar nas galleez mujtos cavalleiros, e homeens darmas, e beesteiros, e outras gentes, e partirom pello rio afumdo, e elrei per terra com mujtas companhas; e chegamdo as gallees a Coira sobre Guadalquevir, souberom os Portugueses como vijnham armadas de mujto boa gente pera pelleiar com elles, e elrei per terra com gramdes companhas pera seu acorrimento, se lhes mester fosse: e veemdo como todos vijnham gente folgada e fresca, de mais em presemça e vista delrei que lhes daria dobrado esforço pera pelleiar, com grande acorro que tijnham mujto prestes, e elles per contrario canssados e fracos e mujtos doemtes, ouverom comsselho de se lamçar a largo no mar, omde queremdo pelleiar com elles, teeriam avamtagem das gallees de Castella, as quaaes nom poderiam seer acorridas assi no mar como no rio; e foi assi de feito, que se poserom as naaos e gallees todas demtro no mar. Em outro dia chegarom as galees de Castella aas forcadas, e souberom como a frota de Portugal se lamçara no mar largo, e as gallees de Castella chegarom ataa Sam Lucar de Barrameda, e nom ousarom hir mais por diamte por os poucos remos que tijnham, e nom se atreviam entrar no mar, espeçiallmente pollo acorro que aver nom podiam ⁽³⁵⁾.

⁽³⁵⁾ Idem, *ibidem*, pp. 115-116.

A situação naval era, conforme se viu, favorável a Portugal, apesar do desgaste que os Portugueses iam apresentando. A única alternativa que se apresentava a Castela era o recurso a reforços vindos doutras regiões. O rei enviou então sete galés ao Norte, para irem solicitar esses reforços. A chegada desses reforços veio desequilibrar a situação a favor de Castela. Os navios portugueses passaram assim de bloqueadores a bloqueados.

Elrei chegou hi esse dia com suas companhias, e quando vio a frota de Portugal amdar na mar alta, e que a sua nom podia bem la hir a seu salvo, ouve acordo que daquellas vijnte gallees armasse sete pera enviar a [Bizcaya] por remos, e isso meesmo armar naaos pera vijnr pelleiar com a frota de Portugal. [...] e partirom de noite pollas nom veerem a frota de Portugal, [...] as quaaes como forom armadas, encaminharom logo pera Sevilha. E aconteceu que huuma naao delrei Dom Fernamdo, de que era meestre Nicollae Anes Estorninho, hia pera Barrameda, e levava cem mil libras para pagar solldo aa frota de Portugal, e a traves do cabo de Santa Maria de Faarom, chegaromn a ella as gallees de Castella, e matarom o meestre com outros, e delles cativarom, e queimaron a naao, e tomarom os dinheiros. As gallees de Portugal erom emtom todas pello rio acima, ca das naaos nom fazem meençom as estórias; e quando as gallees derom volta, e tornarom pera hu ante jaziam, virom as naaos e gallees de Castella hordenadas, de guisa que tijnhem tomada a emtrada da foz, que nenhuum navio podia per alli passar sem primeiro aver contemda ⁽³⁶⁾.

Os Portugueses ao ficarem encurralados seriam, em princípio, obrigados a combater. No entanto, eles quiseram evitar o confronto directo, provavelmente por compreenderem que este seria bastante desvantajoso. Encontraram então uma tática para saírem do rio evitando a luta. Incendiaram dois navios que deixaram à deriva com a corrente. Estes dirigiram-se para a foz, obrigando os navios castelhanos a abrir passagem. Os Portugueses aproveitaram este espaço para saírem, sem luta, terminando deste modo o bloqueio naval a Sevilha.

⁽³⁶⁾ Idem, *ibidem*, pp. 116-117.

«e nom se atrevendo a pelleiar com elles, forom em gram cuidado de sua saída: emtom poserom fogo a dous navios que tomarom carregados dazeite, e leixaromnos hir pollo rio afumdo: o fogo era gramde e cada vez mayor, e quando chegarom ardendo aas naaos e gallees de Castella, foilhe forçado de lhe dar logar, e desordenaremsse de como estavom amarradas, por nom reçoerem dampno. As gallees de Portugal per homde os navios do fogo passarom, sahirom huumas depos outras, quanto mais podiam, ante que se as naaos e gallees de Castella tornassem a correger como da primeira, e assi sairom todas sem mais pelleiar huumas com as outras: e alguuns em suas estorias que deste feito escrepverom, dizem que ficaram em no rio demtro tres gallees de Portugal que nom poderom sair tam aginha, e que forom tomadas pellas de Castella ⁽³⁷⁾.

O bloqueio foi eficaz em termos militares, tendo consumido bastante a cidade bloqueada. Contudo, os resultados globais desta guerra acabaram por ser bastante negativos para Portugal. O país que no início da guerra tinha uma marinha bastante forte, sai dessa mesma guerra com essa marinha bastante reduzida, tanto em termos humanos como materiais. Esse enfraquecimento da marinha vai ser bastante notado na segunda guerra em que Portugal se vai envolver. Vejamos quais as conclusões que o cronista tira do bloqueio, que reforçam aquilo que atrás se afirmou.

«E tornamdo a fallar das naaos e gallees dos Portugueses, cuja estada havia feito mujto dampno, nom soomente a Sevilha, mas aaquella terra toda, depois que as outras de Castella veherom; ellas se partirom dalli todas da maneira que ouvistes, salvo huuma gallee que se alla perdeo em Samta Maria del porto. E mandou elrei Dom Fernamdo desarmar as naaos e gallees, nas quaaes se perdeo muita gente, como dissemos, por que tenerom dous invernos em ellas; que taaes ouve hi segumdo diziam, que forom em ellas metidos sem barvas, e que aa tornada veherom caões, e elrei gastava seus tesouros, e perdia as gentes com pouco acreçemtamento de seu estado e homrra ⁽³⁸⁾.

⁽³⁷⁾ Idem, *ibidem*, p. 117.

⁽³⁸⁾ Idem, *ibidem*, pp. 117-118.

PRIMEIRO CERCO DE LISBOA

Na segunda guerra entre as duas coroas ibéricas a participação naval portuguesa foi bastante reduzida. Isto apesar de um dos motivos apresentados por Castela para o recomeçar das hostilidades ser o apresamento de naus desse país, tanto ao largo como no porto de Lisboa. Ouçamos as palavras do embaixador de Castela, enviado à corte de D. Fernando:

E hora depois desto mandastes aos do seu reino tomar certas naaos, assi na costa do mar, como ante o porto de Lixboa; e pero vos emviou requerer que lhe mandassees de todo fazer entrega, nom foi vossa merçee de o poer em obra, ante destes tal resposta aaquelles que aca emviou, per que mostrastes de guardar a paz, que antre vos e elle foi firmada, aviees muj pouca voomtade ⁽³⁹⁾.

O rei de Castela decidiu, nesta segunda guerra, cercar a cidade de Lisboa. O seu exército entrou pela fronteira Leste e dirigiu-se à capital do reino. Por outro lado foi enviada uma frota de galés, a partir de Sevilha, para dominar o espaço marítimo e apoiar o cerco. Também desta vez uma má opção táctica dos Portugueses os iria colocar em posição de desvantagem. Ao saberem da vinda dos navios de Castela foi ordenado ao almirante português que impedisse a entrada dos mesmos no porto de Lisboa. O referido oficial não quis combater ao largo, onde se encontrava em vantagem, permitindo a entrada no rio dos navios de Castela. Aqui estes últimos aproveitaram uma ocasião em que os navios portugueses se encontravam menos guarnecidos para os atacarem, tendo provocado grandes danos nas naus e obrigado as galés a refugiar-se nos diversos braços do rio, onde os Castelhanos não se atreviam a entrar.

E mandou mais o almirante Miçe Lançarote, e Vaasco Martins de Mello, e Joham Foçim capitam da frota, e alguns outros cavalleiros, assi dos que estavom com elle, come dos que veherom em companhia da Rainha, quando partira de Coimbra e chegara a Santarem, e veherom em barcas, e lançaromsse na çidade, por que a frota delrei de Castella nom vehera aimda, que os embargasse de nom emtrar em ella. E avemdo novas das galees de Castela que vijnham armadas de

⁽³⁹⁾ Idem, *ibidem*, p. 180.

Sevilha, acordarom que era bem darmar quatro gallees, que jaziam na agua ante a çidade, e alguumas naaos, e que lhe fossem sair ao caminho, e pelleiar com ellas; e foi assi feito que se fizeram prestes, e partirom dante a çidade: e himdo nom muj lomge della, ouverom vista dalguumas galles que vijnham deamte, e Joham Foçim capitam que hia em huuma naao, quisera que aferrarom com ellas, çerteficamdo que as veençeriam, por quamto as naaos e gallees hiam bem armadas, e as de Castella nom vijnham assi. O almiramte com gram covardiçe e mingoa de boom esforço, pero tijinha vantagem dos emmijgos, numca em ello quis comsemtir, mas disse que as vehessem ladramdo, e que ante a çidade pelleiariam com ellas, pera todos veerem o prazer do vemçimento. [...] ca os Castellaaons apressa trabalharom de se meter em suas gallees, e forneçellas de gentes darmas, pera hir pelleiar com as outras; e o almirante sahiusse logo e mujtos com elle, e fuisse aa camara da çidade pedir consselho, que maneira se teeria em razom daquella armada; e pero lhe deziom alguuns, que as vijam, como se emchiam de gentes as gallees de Castella, e que visse o que perteençia fazer em tal feito, nom curava de poer remedio como defendesse suas gallees. Em esto emcheromse as gallees de Castella de tamtos homeens, que as faziam mais de peçadas que de ligeiras, e começaram de remar contra as naaos e gallees dos Portugueses. As naaos e gallees como estavom sem gentes darmas, por que sairom coo almirante, e depois coo capitam, cuidamdo muj pouco o que as gallees de Castella queriam fazer, quamdo as virom vijnr assi tam poderosamente armadas, nom as ousaram datemder, e remarom pera a outra parte daalem contra ribatejo, e meteromse em çertas rias que hi ha, omde nom podiam reçeber nojo, ainda que as gallees dos emmijgos as seguir quiseram. As gallees de Castella veemdo como se hiam pera aquella parte, omde lhe empeeçer nom podiam, aferrarom logo com as naaos; e como em ellas era pouca gente, pelleiamdo cobrarom alguumas, e ficou o mar estomçe por elles. O almiramte por esta razom foi mujto culpado e maldesdito, e tiroulhe elrei o almiramtado, e deu ho a Dom Joham Affonso Tello, irmão da Rainha, por quamto por sua culpa e aazo nom cobrara as gallees de Castella, e mais perdera parte de

suas naaos, como quer que fossem das que elrei tomara aos Castellaaons ⁽⁴⁰⁾.

Na *Crónica de D. Fernando* não encontramos mais referências a recontros navais nesta segunda guerra. Os Castelhanos devem ter ficado numa situação de vantagem no Tejo, só de lá saindo quando as pazes foram assinadas. O tratado de paz assinado entre os dois países impunha a Portugal a obrigação de fornecer apoio naval a Castela. Tal facto poderá fornecer-nos algumas indicações sobre a constituição da frota portuguesa no final da guerra. Ela não deveria estar muito enfraquecida, caso contrário o rei de Castela não pediria esta colaboração. Por outro lado o facto de querer utilizar os meios navais de Portugal poderia ter como objectivo último o enfraquecimento desses mesmos meios, que ainda deveriam ser significativos.

Façamos um pequeno parêntese para analisar o que se passou no período que se seguiu, até ao início da terceira guerra, Portugal estará ao lado de Castela fornecendo auxílio naval a este país e ao seu aliado, a França. Mas D. Fernando assume uma postura cuidadosa, não fornecendo todos os navios que lhe são solicitados. Também neste caso podemos ter duas interpretações: ou o rei pretendia poupar meios navais, para uma futura guerra contra Castela; ou por outro lado, sentia já a sua marinha muito enfraquecida, pelo que necessitava dos poucos navios de que dispunha para defesa das nossas costas. Será aliás este último argumento que o rei de Portugal invocará para não fornecer todos os navios pedidos.

«Bem sabe elrei Dom Hemrrique, meu irmão e amigo, como elrei de Graada tem tomados navios, e averes, e gentes cativas de minha terra, por a qual razom eu ei com el guerra; e duramdo esta discordia antre mim e elle, seeria gram perigo a meu reino, emviar tam longe minhas gallees, e ficar a costa de minha terra, desemparada: pero por mostrar o boom desejo e voomtade que lhe teemos, dizee que nos praz de o ajudar com çimquo gallees armadas, por tres meses aa nossa custa, ca as outras averemos mester pera deffenssom de nossa terra, e guerra dos mouros; nas quaaes o nosso capitam do mar hira, e fara todo o que o seu almiramte mandar, segumdo nos manda requerer» ⁽⁴¹⁾.

⁽⁴⁰⁾ Idem, *ibidem*, pp. 197-198.

⁽⁴¹⁾ Idem, *ibidem*, pp. 253-254.

Os navios que D. Fernando forneceu foram utilizados em combate, ao lado de navios castelhanos, fazendo incursões em território britânico.

E mandou fazer as çimquo gallees prestes, pera hirem com armada das naaos e gallees de Castella, que era muj gramde, de que era almirante Fernam Samchez de Thoar; e passaram em Imgraterra aa Ilha Doyoche, e fizeram gram dano per toda aquella costa. E a ajuda e armada destas çimquo gallees, e das outras que avees ouvjdo, fez elrei Dom Fernando a elrei de Castella na maneira que dissemos, e nom como alguns autores gnorantes da verdade poserom em seus livros, dizendo que eram dadas per obrigaçom, a que elrei Dom Fernando ficara theudo nas pazes, que forom feitas sobre o çerco de Lixboa ⁽⁴²⁾.

BATALHA NAVAL DE SALTES

Com a morte de D. Henrique de Castela, o soberano português sentiu novamente vontade de atacar o país vizinho, como anteriormente se viu. O cronista diz-nos mesmo que ao saberem da morte do rei de Castela, os marinheiros das galés que apoiavam a frota daquele país decidiram regressar logo para Portugal.

Durante a fase de preparação para esta terceira guerra o rei de Portugal vai armar uma série de navios, pois seria sua intenção conseguir o domínio das águas que circundam o nosso país e, se possível, intervir mesmo junto à costa do inimigo.

que elrei Dom Fernamdo em toda guisa se perçebia de lhe fazer guerra, fazendosse prestes de armar gallees, e pagar solldo, e perçeber suas gemtes, e poer fromteiros pelas comarcas: e era assi de feito que elrei Dom Fernando se perçebia darmar mujtas gallees ⁽⁴³⁾.

No início da guerra, ambos os países tinham reunido uma frota razoável. Em Portugal existia um grave problema que era o de conseguir pessoal para guarnecer os navios, especialmente remadores para as galés. A solução encontrada foi recorrer a pessoal que não tinha ligação alguma com o mar, agricultores, que eram forçados a prestar serviço nas galés.

⁽⁴²⁾ Idem, *ibidem*, p. 254.

⁽⁴³⁾ Idem, *ibidem*, p. 329.

COMO em cima avemos tocado, cada huum dos reis no começo desta guerra se trabalhou de fazer armada de galles, e foram as mais que cada huum estomçe pode armar; ca elrei de Castella armou dez e sete em Sevilha, e elrei de Portugal armou vijnte e huuma em Lixboa, e huma galliota, e mais quatro naaos que hiam com ellas: e por quanto per estas gallees que elrei Dom Fernamdo armava, nom avija abastança de galliotes, mamdava elrei trager dos outros logares do reino mujtos homeens presos pera ellas, e tragiam os baraços cheos delles, e emtregavomnos aos alcaides das gallees; e desta guisa foram em breve tempo armadas, como quer que todos avijam por gram mal, tomarem os lavradores e as outras pobres gentes, e meteremnas nas gallees desta guisa; porem foi assi feito como elrei mandou, e ellas prestes de todo o que compria. ⁽⁴⁴⁾

Desta vez a decisão foi partir para o combate, contra a frota castelhana, onde esta se encontrava. O encontro entre as duas armadas deu-se no Algarve, tendo inicialmente os navios portugueses vantagem numérica, vantagem esta que não souberam aproveitar como adiante se verá.

As gallees e naaos prestes de todo o que lhe compria, partirom de Restello no mez de junho, omze dias dias amdados delle, e chegarom ao Algarve, costa de Portugal, em busca das gallees de Castella, que ja bem sabiam que amdavom pello mar dias avia. Das gallees que em Sevilha foram armadas, era capitam Fernam Samchez de Thoar, e chegou com ellas ataa o Algarve; e quamdo ouve novas que as de Portugal hiam pera alla, nom embargando que fosse assaz de boom e ardido cavalleiro, pero receamdo, como era razom, a avantagem das mais çimquo gallees e quatro naaos, que as de Portugal levavom comsigo, nom quis alli atemder, e tornousse. Os Portugueses quamdo chegarom, hiam ja alguumas galles mimguadas dauga, e por que souberom novas que pouco tempo avija que as gallees de Castella partirom, por temor que ouverom dellas, disserom que se nom detevessem mais em na tomar, mas quem augua levasse, partisse com as outras que

⁽⁴⁴⁾ Idem, *ibidem*, p. 347.

a nom tijnhem, e logo as seguissem sem fazer mais deteemça: e esto foi assi trigosamente feito, que nom curarom de fallar como aviam de fazer, nem poer avisamento, nem hordenamça de pelleja, por que ja lhes parecia que aas mãos os tijnhem tomados, sem defenssom que os outros por si tivessem ⁽⁴⁵⁾.

A decisão era acertada, no entanto, mais adiante um outro facto veio alterar a relação entre as forças de Castela e de Portugal. Alguns pescadores que seguiam nas galés ao avistarem bóias de pesca, decidiram dirigir-se para elas, concerteza com a intenção de as pilharem. Com esta atitude o agrupamento de navios portugueses ficou com menos oito unidades. Além disso, duas outras galés começaram a atrasar-se bastante, em virtude de serem muito pesadas.

deu estomçe tam gram vista a alguuns pescadores, que a duas e tres legoas virom boyas de redes que no mar jaziam, e sem mais fallar nem pedir leçemça, decerom os treus tomando os remos, e partiromsse da companhia oito gallees, que remarom pera alla: as outras seguimdo viagem com escasso vento, começaram de ficar duas que eram pesadas, e muj maas de vella ⁽⁴⁶⁾.

Os Portugueses passaram desta forma de uma posição de nítida superioridade numérica para outra em que os navios que seguiram mais adiantados, ou seja aqueles que iriam combater, eram em número bastante reduzido. Ao avistar os navios castelhanos alguns homens ainda sugeriram que aguardassem pelas mais atrasadas, mas o almirante não quis esperar, confiante que obteria a vitória, mesmo na situação de inferioridade. Os Portugueses prepararam-se então para o combate, pois o seu chefe queria combater para assim alcançar maior honra.

«Senhor, boas novas, ca aquj teemdes a frota de Castella, que vijmos buscar»: elle amainou logo, e todallas outras gallees callarom as vellas; as gentes começaram de ferver na gallee do comde, trabalhamdo cada huum de se armar e fazer prestes: «Senhor, disse Affonsse Annes, nom vos triguees pera pellejar, mandaae chamar aquellas galles por esta galliota, e daae de beber aa companha; ca tempo terees pera vos armar,

⁽⁴⁵⁾ Idem, *ibidem*, pp. 347-348.

⁽⁴⁶⁾ Idem, *ibidem*, p. 348.

e gaanhar homrra, como desejaaes». O almirante nom curamdo disto, armavomsse todos quanto mais podiam: Affomsse Annes e os outros, quamdo aquello virom, trabalharom todos de se armar como el fazia, pesamdolhe mujto porem do geito que em tal feito queria teer. ⁽⁴⁷⁾.

Os Castelhanos quando perceberam que estavam em vantagem, contra o primeiro grupo de navios portugueses, dirigiram-se contra eles. Aproveitaram o facto de nestas situações ser bastante vantajoso possuir mais navios, pois os navios extra podiam ser utilizados para atacar alguns dos inimigos com dois navios ao mesmo tempo. Quando um deles era tomado os que o tinham tomado dirigiam-se para apoiar outros do seu grupo. Foram assim tomadas as doze galés de Portugal. De seguida a frota castelhana dirigiu-se em direcção às que estavam junto das redes de pesca. Também estas foram facilmente dominadas. Dos navios portugueses apenas escapou uma das galés que vinha mais atrasada, que se dirigiu para Lisboa ao perceber que todas as outras se encontravam em poder de Castela.

QUAMDO as gallees de Castella virom que estas doze que hiam deamte, faziam mostrança de pellejar com ellas, foram muj ledos de os vijr regeber; veemdo que a avantagem que os Portuguezes por si tijnham damte, ficava a elles per tal pelleja; ca homde aa primeira eram tamtas por tamtas e mais çimquo de recosso, que as de Portugal tijnhmam, ficarom estomçe todas iguaaes e çinquo de melhoria aos Castellaãos. Mas quem se nom espamtara de tal novidade dardideza, a qual quer sisudo mujto de prasmarr, teer o conde sua melhoria, a ajuda tam prestes das outras gallees, e per fouteza desordenada com cobijça de gaanhar homrra, dar a avantagem que tijnha por si, em ajuda de seus emmijgos: e ja nom he de negar que pellejamdo tamtas por tamtas, cada huuns averiam que fazer por sua homrra, moormente aazar que cobrassem os outros tal melhoria sobrelles, isto çertamente nom foi fouteza, mas foi samdia prosumçom, come homem que numca se em outra tal vira, nem prezava avisamentos, nem comsselho de nenhuum: e desta guisa sem mais

⁽⁴⁷⁾ Idem, *ibidem*, pp. 348-349.

hordenamça, nem outro regimento boom que tevesse, remou a gallee do comde contra as de Castella, dizendo aas outras que fizessem assi come elle. O almirante de Castella Fernam Samchez, mais avisado e sages em tal obra, como aquel que ja fora em semelhantes feitos, tragia as gallees todas em escalla, iguaaes em batalha, e el na meatade; e como chegaram huumas aas outras, aferrou cada huuma com sua, e duas de cada parte, e afastaromsse de recosso; e homde compria, mostravom sua ajuda, e ferimdosse de boamente cada huuns como melhor podiam, pella regra de dous a huum, começaram de se vemçer as gallees de Portugal; porem que taaes ouve hi que tres vezes forom emtradas, e tres vezes deitarom os emmijgos; e como huuma era veemçida, leixavamna sobre a amcora, e remavom rijamente contra outra, e assi as desbaratarom todas. As outras gallees que alçavom as redes, quamdo as virom pelleiar desta guisa, remarom contra ellas por as ajudar; e quamdo chegarom, eram ja as outras açerca todas veemçidas; e forom estas oito melhores de veemçer, que as doze primeiras, com que ja pelleiarom. E começouse esta pelleja a horas de vespora, e durou atta çerca da noite, na qual forom dhuuma parte e dooutra mujtos feridos e poucos mortos, e as gallees de Portugal desbaratadas todas, salvo a gallee, em que hia Gil Louremço do Porto, que nom quis chegar quamdo esto vio, e fogio pera Lixboa, damdo novas aas naaos, que disto parte nom sabiam, que se tornassem ⁽⁴⁸⁾.

Portugal perdeu nesta batalha praticamente todos os seus navios de linha. As suas costas ficaram desprotegidas. De acordo com a descrição de Fernão Lopes o grande culpado foi o irmão da Rainha. Este não tinha experiência alguma de combates navais. A sua ascensão ao posto de almirante apenas tinha sido possível devido ao seu parentesco com a família real. Mas outros factores também foram fundamentais para o resultado final do recontro. De entre estes é de destacar a indisciplina reinante nos navios portugueses, bem patente quando oito galés se dirigem para as bóias de pesca, abandonando as restantes. Por outro lado, a frota de Castela parecia bem organizada, pela descrição que o cronista faz da batalha. Portugal ficou assim sem navios para se defen-

(48) Idem, *ibidem*, pp. 351-352.

der, o que permitiu aos Castelhanos efectuarem um cerco naval a Lisboa sem encontrarem grande resistência.

ATAQUES NAVAIS A LISBOA

Nesta última guerra contra Castela Portugal contou com o auxílio inglês. Os reforços chegaram a Portugal por via marítima, em navios de vela: naus e barcas.

e chegarom estas gentes todas a Lixboa em quaremta e oito vellas, amtre naaos e barchas, aos dez e nove dias de Julho da era ja em cima escripta de quatro çentos e dez e nove annos ⁽⁴⁹⁾.

Os Castelhanos, sabendo que Portugal não tinha navios para a sua defesa dirigiram-se a Lisboa, por mar, com a intenção de destruir a frota inglesa. Como esta era totalmente composta por veleiros, não teria grandes hipóteses em combate no mar, dada a melhor capacidade de manobra das galés. D. Fernando ao saber da vinda dos Castelhanos mandou os navios ingleses rio acima, até Sacavém, onde se colocaram todos junto a terra, esperando pelos navios de Castela. Contavam ainda com o apoio de engenhos de guerra, estacionados em terra. O dispositivo montado mostrou ser eficaz pois os navios de Castela ao verificarem que os navios ingleses não estavam em frente à cidade, mas sim mais acima e bem defendidos, decidiram não lutar e voltaram para a sua terra.

A frota das naaos e barchas em que veherom os Imgreses, jaziam todas amte a çidade; e veherom novas a elrei Dom Fernamdo, como a frota das gallees de Castella vijnham por fazer nojo e dano na çidade, e espeçialmente aas naaos dos Imgreses; e elrei acordou que era bem que aquella frota, e outros navios que hi jaziam, que se fossem todos a Sacavem, que som duas legoas da çidade, e alli se lançassem todos, por jazerem seguros; e as mayores naaos estavom deamte todas com as alçaçevas comtra o mar, armadas e apavesadas, perçebidas de troões e outros artefiços, pera se defemder; e mais avijam duas grossas cadeas, que estavom deamte temdidadas dhuuma parte aa outra, que lhe nom podessem fazer nenhuum

⁽⁴⁹⁾ Idem, *ibidem*, p. 359.

nojo, quaaes quer navjos que contrariõs fossem. Em terra avija troons e emgenhos, pera ajuda de sua defensom, com gemtes assaz, se lhe tal cousa avehesse. Jazemdo assi a frota desta guisa, veo Fernam Samchez de Thoar almiramte de Castella, com a armada das gallees com que desbaratara as de Portugal, quamdo fora a de Saltes, cuidamdo dachar as barchas e naaos dos Imgreses ante Lixboa, por lhe empeeçer em todo o que podesse; e quamdo chegarom ante a çidade, acharom o mar desembargado de navjos, e souberom como todos jaziam em Sacavem; e quamdo alla foram, e virom o rio guardado, e as naaos estar daquella guisa, tornaromsse, e nom acharom em que fazer dampno, segumdo seu deseio, e foromsse pera Sevilha. As naaos dos Imgreses avemdo çertas novas, que as gallees de Castella nom aviam tam çedo de tornar, e que lhe nom podiam fazer nojo, fezeromsse prestes, e partirom da çidade, ellas e outros navjos, aos treze dias de dezembro da dita era, e delles carregarom de mercadarias, e foromsse suas viageens ⁽⁵⁰⁾.

Os navios de D. João de Castela voltaram no ano seguinte, conforme já anteriormente foi referido. Chegaram a Lisboa sem encontrarem oposição, tendo ficado no rio em frente à cidade, donde saíam para incursões na mesma. Nesta fase não se pode falar de guerra naval, uma vez que os navios eram apenas meio de transporte de tropas que eram usadas em terra, não possuindo Portugal navios para lhes fazer frente. A frota de Castela possuía um número considerável de navios, todos à vela.

chegarom sobrella aos sete dias de março da era sobre dita, oiteemta vellas, amtre naaos e barchas, que foram armadas em Bizcaya, e em outros logares dos portos do mar; nas quaaes vijnham boons cavalleiros, e escudeiros, e homeens darmas, e mujta gemte de pee escudados, a que chamavom allacayos ⁽⁵¹⁾.

O facto de neste último ataque a utilização dos navios se ter restringido ao transporte de tropas, para ataques contra terra, afasta a descrição destes ataques do âmbito deste trabalho. Fica desta forma

⁽⁵⁰⁾ Idem, *ibidem*, p. 371.

⁽⁵¹⁾ Idem, *ibidem*, p. 375.

concluída a descrição do modo como D. Fernando usou a sua marinha nas guerras que travou contra Castela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quais as principais ilações que podemos extrair do que anteriormente foi apresentado?

A situação política e social em Portugal está intimamente relacionada com o que se passa no resto da Europa. A participação de Portugal em vários conflitos com Castela pode-se considerar integrada na Guerra dos Cem Anos. O mesmo se pode dizer das alianças firmadas entre os dois reinos, durante os períodos de paz. A questão do Cisma é a prova evidente desta participação de Portugal na referida guerra, alinhando o país por um ou outro Papa, consoante o bloco que apoiava no momento.

Apesar de podermos considerar os conflitos em que Portugal se envolveu, durante este reinado, como integrados na referida guerra, não devemos descurar as motivações de D. Fernando. Ele quis aproveitar os confrontos da sucessão castelhana, aliados ao facto de possuir meios militares razoáveis, para se envolver nessa questão. As consequências não foram as melhores: o país perdeu grande parte da sua capacidade militar e o rei acabou por casar a sua filha com o soberano castelhano, facto que trouxe consequências graves para Portugal, quando se colocou a questão da sucessão de D. Fernando.

Em termos navais os confrontos com Castela também não tiveram resultados felizes para Portugal. D. Fernando que possuía uma marinha forte e com grande capacidade combativa no início dos conflitos foi perdendo essa capacidade, de modo que na terceira guerra não tinha navios para impedir os Castelhanos de atacar Lisboa a partir de navios fundeados no Tejo.

As causas desta decadência naval terão sido várias. As dificuldades logísticas eram grandes, sendo bastante complicado abastecer navios longe dos seus locais habituais de operação. As duras condições de vida a bordo e as doenças a elas associadas também complicavam as acções navais a longa distância, durante períodos prolongados. O facto de ter mantido um bloqueio naval durante um período de tempo superior a um ano, enfraqueceu bastante a marinha de D. Fernando. A reacção de Castela pôs fim ao bloqueio, pois apesar de possuírem meios inferiores aos Portugueses, os Castelhanos dispunham de pessoal fresco, o que levou os Portugueses a evitar o combate e retirar.

O golpe final para a marinha portuguesa foi a Batalha de Saltes. Aqui os navios, comandados pelo irmão da Rainha Leonor Teles, foram derrotados pelas dificuldades de abastecimento das galés, pela indisciplina de alguns navios e por uma má opção táctica. A pouca capacidade de aguada dalgumas galés, aliada à indisciplina das galés que se dirigiram para as redes de pesca e à decisão do almirante de combater em inferioridade numérica foram suficientes para que os Castelhanos tomassem as galés de Portugal.

Os navios dedicar-se-iam essencialmente ao corso e à pilhagem, actividades que seriam bastante rentáveis para eles. Compreende-se assim a atitude das galés que foram recolher as redes de pesca. O pessoal que servia nesses navios era, em grande parte, forçado a isso. A revolta e a indisciplina deveriam, por esse motivo, ser fenómenos frequentes a bordo. As naus eram armadas pelo rei quando delas necessitava, dedicando-se ao comércio e outras actividades, quando não eram necessárias para a guerra. As galés teriam uma função normalmente militar, servindo para a protecção das costas, mas mesmo estas seriam reforçadas em termos de pessoal armado, nas ocasiões de combate. Podemos afirmar, que já existia uma marinha permanente para patrulha da costa, mas era necessário equipá-la de soldados, para o combate a outras frotas. Além disso, em períodos de guerra, os navios “mercantes”, as naus, eram “fretados” para o serviço do rei.

Em conclusão, podemos afirmar que D. Fernando tomou uma série de medidas para o desenvolvimento da sua marinha, possuindo meios navais em número bastante razoável. No entanto, estes foram essencialmente utilizados para a ingerência nas questões vividas no país vizinho. Esta opção não foi a melhor, pois os conflitos travados serviram para desgastar o poder militar de Portugal. No entanto, estes conflitos e aquele em que Portugal se envolveu, logo após a morte de D. Fernando, foram extremamente úteis para modificar a atitude de Portugal face a Castela. Mostraram que a expansão da nobreza e da burguesia mercantil, que necessitavam de mais espaço, não podia ser feita para aquele país, nem qualquer outro da Europa. Isto porque a crise não era exclusiva de Portugal mas sim um fenómeno que afectava vários países europeus, de que a Guerra dos Cem Anos é prova evidente. Portugal soube em seguida, quicá devido às lições aprendidas no reinado de D. Fernando, voltar definitivamente as costas a Castela e virar-se para o Oceano. Aproveitou a sua excelente posição geográfica, no extremo sudoeste da Europa e o desenvolvimento naval que as gerações anteriores tinham conseguido, para se lançar nessa empresa que foram os Descobrimentos.